

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Departamento do Ensino Secundário

PROGRAMA DE ECONOMIA B

10º e 11º ANOS

CURSOS TECNOLÓGICOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE MARKETING

AUTORES:

Elsa Silva (Coordenadora)
António Pastorinho
Lúcia Oliveira
Manuela Silvestre
Rosa Moinhos

Homologação

06/02/2004

ÍNDICE

1ª PARTE – INTRODUÇÃO	3
2ª PARTE – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	4
1. Finalidades e Objectivos Gerais da Disciplina	4
2. Visão Geral dos Conteúdos	
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	7
- Articulação Vertical Temas/Unidades Lectivas do Programa.....	8
3. Sugestões Metodológicas Gerais	9
4. Recursos.....	11
5. Avaliação	12
3ª PARTE – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	14
- Programa de Economia B – 10º Ano	15
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	17
- Listagem dos Temas / Unidades Lectivas	18
- Desenvolvimento dos Temas / Unidades Lectivas	20
- Programa de Economia B – 11º Ano	39
- Esquema Conceptual dos Conteúdos	41
- Listagem dos Temas / Unidades Lectivas	42
- Desenvolvimento dos Temas / Unidades Lectivas	43
4ª PARTE – BIBLIOGRAFIA	58
- A) Livros.....	59
- B) Publicações Periódicas.....	62
- C) Sites Nacionais e Internacionais.....	63

PROGRAMA DE ECONOMIA B CURSOS TECNOLÓGICOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE MARKETING

1ª PARTE – INTRODUÇÃO

A disciplina de **Economia B** integra-se na Componente de Formação Científica dos **Cursos Tecnológicos de Administração e de Marketing**, com a carga horária semanal de 3 horas, tanto no 10º ano, como no 11º ano.

Assim, a Economia B surge integrada nos cursos tecnológicos criados em função do novo desenho curricular do Ensino Secundário. Houve, assim, que alterar os programas anteriormente existentes em função dos objectivos deste tipo de cursos mas, também, da experiência acumulada com a sua leccionação. Em síntese, pode afirmar-se que as opções assumidas no Programa de Economia B resultaram da necessidade de:

- organizar os conteúdos dos programas, em função das necessidades decorrentes do novo desenho curricular;
- promover a aquisição de conceitos científicos e a sua utilização na análise da realidade social;
- adequar o rigor dos conceitos e das abordagens ao nível etário dos alunos e, ainda, respeitando a sua função de iniciação a uma nova perspectiva científica;
- integrar os factos económicos no contexto social mais amplo em que têm origem;
- dotar os alunos de conhecimentos básicos de Economia necessários à compreensão do mundo contemporâneo;
- proporcionar aos alunos um suporte para a sua integração no mundo do trabalho;
- educar para a mudança, para o desenvolvimento e para a cidadania, conforme as grandes orientações da Lei de Bases do Sistema Educativo, em geral, e dos objectivos do Ensino Secundário, em particular.

2ª PARTE – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

1. FINALIDADES E OBJECTIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A iniciação ao estudo da Economia é hoje, no início do século XXI, indispensável à formação geral do cidadão português e da União Europeia, qualquer que seja o seu percurso de vida.

De facto, a iniciação ao estudo da Economia permite:

- a aquisição de instrumentos fundamentais para o entendimento da dimensão económica da realidade social;
- a descodificação e a sistematização da terminologia económica, hoje de uso absolutamente corrente, sobretudo nos meios de comunicação social;
- o desenvolvimento da capacidade de intervenção construtiva num mundo em mudança acelerada e cada vez mais global, mas onde as decisões a tomar são, quase sempre, nacionais e, muitas vezes, de natureza ou com implicações económicas.

Por outro lado, a leccionação de uma disciplina de Economia a nível do Ensino Secundário, sem que exista qualquer outra que lhe seja introdutória a nível do Ensino Básico, implica que a mesma disciplina assuma uma dupla função – a de iniciação a uma nova perspectiva científica e a de motivação para a integração no mundo do trabalho ou para a eventual continuação de estudos na área.

Assim esta disciplina deverá permitir que os alunos desenvolvam conhecimentos, capacidades e atitudes que lhes facilitem a aprendizagem das competências-base associadas aos respectivos cursos. De facto, num Curso Tecnológico de Administração ou de Marketing, revela-se muito importante a dimensão instrumental da Economia, uma vez que, nos futuros ambientes de trabalho, os futuros técnicos ir-se-ão confrontar com imensas situações relacionadas com a actividade económica.

Assim, **consideram-se finalidades da disciplina:**

- Perspectivar a Economia no conjunto das Ciências Sociais;
- Fornecer conceitos básicos da Ciência Económica;
- Promover a compreensão dos factos de natureza económica, integrando-os no seu contexto social mais amplo;
- Contribuir para a compreensão dos grandes problemas do mundo actual;

- Promover o rigor científico e o desenvolvimento do raciocínio, do espírito crítico e da capacidade de intervenção, nomeadamente na resolução de problemas;
- Desenvolver técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente nos domínios da pesquisa, do tratamento e da apresentação da informação;
- Promover a utilização das novas tecnologias da informação;
- Desenvolver a capacidade de trabalho individual e em grupo;
- Contribuir para a formação técnica e profissional, facilitadora da inserção na vida activa;
- Fomentar a interiorização de valores de tolerância, respeito pelas diferenças, democracia e justiça social, solidariedade e cooperação;
- Contribuir para a formação do cidadão, educando para a mudança e para o desenvolvimento, no respeito pelos direitos humanos;
- Contribuir para melhorar o domínio escrito e oral da língua portuguesa.

Do enunciado de finalidades apresentado, resultam os seguintes **objectivos** para os alunos da disciplina de Economia B dos Cursos Tecnológicos de Administração e de Marketing:

I – No domínio dos conhecimentos

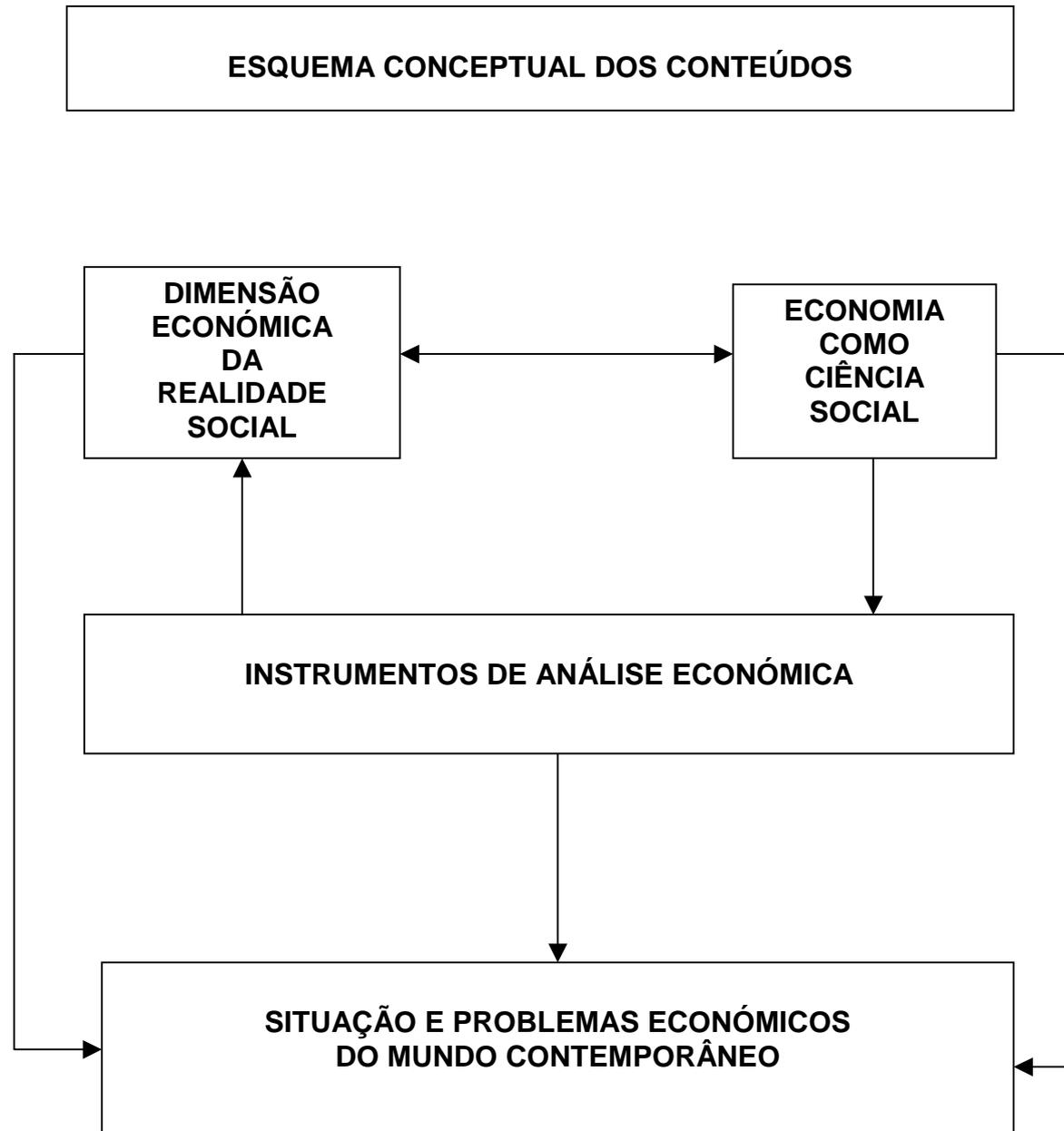
- Compreender a perspectiva da Ciência Económica, na análise dos fenómenos sociais;
- Compreender conceitos económicos fundamentais;
- Utilizar correctamente a terminologia económica;
- Conhecer normas básicas da contabilização da actividade económica das sociedades;
- Conhecer aspectos relevantes da organização económica das sociedades;
- Conhecer aspectos relevantes da economia portuguesa e da União Europeia;
- Conhecer características fundamentais do mundo actual – desigualdades económicas, regionalização económica, mundialização e globalização.

II – No domínio das competências e das atitudes

- Desenvolver hábitos e métodos de estudo;
- Desenvolver competências no domínio do “aprender a aprender”;
- Desenvolver capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita;
- Pesquisar informação em diferentes fontes, nomeadamente, com a utilização das novas tecnologias da informação;
- Analisar documentos de diversos tipos – textos de autor, notícias da imprensa, dados estatísticos, documentos multimédia;

- Interpretar quadros e gráficos;
- Elaborar sínteses de conteúdo de documentação analisada;
- Utilizar técnicas de representação da realidade como esquemas-síntese, quadros de dados e gráficos;
- Fazer comunicações orais, com apoio de suportes diversificados de apresentação de informação;
- Estruturar respostas escritas com correcção formal e de conteúdo;
- Elaborar projectos de trabalho, nomeadamente, de carácter interdisciplinar;
- Desenvolver o espírito crítico;
- Desenvolver a capacidade de discutir ideias, de as fundamentar correctamente e de atender às ideias dos outros;
- Desenvolver o espírito de tolerância, de respeito pela diferença e de cooperação;
- Desenvolver o espírito criativo e de abertura à inovação;
- Desenvolver a capacidade de intervir de forma construtiva.

2. VISÃO GERAL DOS CONTEÚDOS



**ARTICULAÇÃO VERTICAL DOS TEMAS E
UNIDADES LECTIVAS
DO PROGRAMA**

10º ANO

Módulo Inicial – Actividades de diagnóstico e de integração

I – INTRODUÇÃO

1. A actividade económica e a Ciência Económica

**II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE
ECONÓMICA**

2. Necessidades e consumo
3. Produção de bens e de serviços
4. Comércio e moeda
5. Rendimentos e repartição dos rendimentos
6. Poupança e investimento

11º ANO

III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

7. Os agentes económicos e o circuito económico
8. A Contabilidade Nacional

IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

9. As Relações económicas com o Resto do Mundo
10. A intervenção do Estado na economia
11. A economia portuguesa no contexto da União Europeia

3. SUGESTÕES METODOLÓGICAS GERAIS

De acordo com as finalidades e com os objectivos apresentados, torna-se evidente a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno, ou seja, um processo activo que promova a aquisição rigorosa de conhecimentos, incentive o desenvolvimento de competências e de atitudes socialmente úteis e fomente a autonomia.

O professor não deve, no entanto, esquecer que se trata de uma disciplina de iniciação, inserida na componente científica dos Cursos Tecnológicos de Administração e de Marketing, onde não cabem desenvolvimentos e aprofundamentos próprios de estudos a nível superior. Isto não significa, contudo, qualquer condescendência quanto ao (menor) rigor científico das aprendizagens exigidas.

Por outro lado, o programa da disciplina permite reflexões sobre problemas da actualidade portuguesa e mundial, de forma estruturada e cientificamente organizada.

Sublinha-se a importância da utilização de estratégias diversificadas, na medida do possível adequadas à diversidade das necessidades e das especificidades dos alunos e sempre com recurso a metodologias activas.

No entanto, ressalta das finalidades e dos objectivos definidos a importância a atribuir ao desenvolvimento de técnicas de pesquisa, de tratamento e de apresentação da informação, com recurso indispensável às designadas novas tecnologias da informação. Este trabalho deverá desenvolver-se quer individualmente quer em trabalho de grupo e, quando for considerado oportuno, poderá assumir a forma de trabalho de projecto.

Recorda-se ainda que, independentemente da estratégia utilizada pelo professor para introduzir os temas e as unidades ou as subunidades lectivas, bem como dos caminhos seguidos para o desenvolvimento das mesmas, haverá sempre que sistematizar os conteúdos estudados, articular os conhecimentos entre si e integrá-los nos contextos reais do mundo em que vivemos. Tal como haverá sempre que ter presente, quer na orientação quer no decorrer dos próprios trabalhos, os objectivos nos domínios das competências e das atitudes. De facto, estes deverão ser entendidos como transversais a todas as unidades lectivas dos programas, pelo que deverão ser operacionalizados pelo professor em função e de acordo com as suas opções didácticas, tomadas aquando da planificação da leccionação dessas mesmas unidades lectivas.

Salienta-se igualmente a importância de preparar os alunos para a análise de documentos diversificados (textos de autor, notícias e artigos da imprensa, dados estatísticos, apresentados quer em quadros quer em gráficos, e documentos audiovisuais). A síntese das análises feitas e o debate das temáticas em estudo são igualmente indispensáveis, devendo ser sempre seguidos da respectiva sistematização final.

Refira-se ainda que a participação da disciplina em projectos de carácter interdisciplinar, a desenvolver pelos alunos, permitirá:

- desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem em que a prática e a teoria são indissociáveis na construção do conhecimento e na promoção de aprendizagens mais significativas do que as proporcionadas pela tradicional relação verbal e retórica com a realidade;
- mobilizar, integrar e verificar os saberes proporcionados por esta disciplina, ligando-os directamente à realidade conhecida dos alunos;
- desenvolver competências, nomeadamente as que são transversais a várias disciplinas, e os valores da cidadania democrática.

4. RECURSOS

Como recursos didácticos, a utilizar pelo professor e / ou pelos alunos, sugerem-se, entre outros que o professor venha a considerar adequados, os seguintes:

- Livros e revistas de carácter científico. Sugere-se, em particular, a assinatura de revistas como *Economia Pura*, *Análise Social* e *Cadernos de Economia*, entre outras;
- Jornais (diários e semanários, regionais e nacionais ou, mesmo, internacionais) e revistas de carácter informativo;
- Estatísticas disponibilizadas por organismos nacionais e internacionais (INE, Ministérios, Comissões de Coordenação Regional, Autarquias, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, Instituições da ONU, OCDE, etc.);
- Sites na *Internet*, quer de organismos nacionais e internacionais, quer de bases de dados e de informações diversificadas;
- CD – Roms (enciclopédias, bases de dados, temáticos e, eventualmente, especificamente com objectivos didácticos);
- Programas de televisão, quer informativos, quer documentais;
- Filmes e documentários, considerados oportunos e adequados, disponíveis no mercado;
- Diapositivos disponíveis no mercado e / ou elaborados por professores e, eventualmente, por alunos;
- Dossiers temáticos, de organização progressiva e cumulativa, anualmente actualizáveis;
- Transparências disponíveis no mercado e / ou elaboradas por professores e, eventualmente, por alunos;
- Visitas de estudo.

É igualmente desejável que as aulas de Economia decorram em sala própria, com armário para guardar o material necessário, e equipada (ou que seja, sempre que necessário, equipada), para além dos tradicionais quadro e giz, com retroprojector e écran, televisão e leitor de vídeo, projector de diapositivos, computador com ligação à *Internet* e material multimédia.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação não deverá ignorar os factores que condicionam as aprendizagens dos alunos, nomeadamente a sua diversidade sócio-cultural e os seus diferentes estilos pessoais de aprendizagem, integrando-os nas suas preocupações. Daqui decorre a necessidade de diversificar as estratégias e os instrumentos de avaliação, ou seja, para além dos testes escritos, deverão ser utilizados, entre outros, a observação directa do trabalho individual e em grupo, as entrevistas e os questionários, os relatórios de actividades e a apresentação escrita e oral de trabalhos. Por outro lado, essas estratégias e instrumentos de avaliação deverão ser utilizados de acordo com os diferentes momentos e contextos do desenvolvimento do currículo na sala de aula e, quando necessário, fora dela.

Deste modo, a avaliação deverá ser uma prática pedagógica sistematizada e contínua, integrada no processo de ensino-aprendizagem, e que incidirá não só sobre os produtos mas igualmente sobre os processos, com intenção profundamente formativa.

Assim, a **avaliação formativa** tornará o aluno mais consciente e responsável pela aprendizagem, levando-o a identificar os seus pontos críticos, a reconstruir os seus saberes e a reformular os seus processos de trabalho. Ao professor, a avaliação formativa fornecerá informações sobre o comportamento dos vários intervenientes e sobre a eficácia dos processos em uso, permitindo, em tempo que se pretende útil, a introdução de alterações avaliadas como convenientes e adequadas aos objectivos previamente estabelecidos.

Igualmente com carácter formativo deverá praticar-se, sempre que se considere oportuno, a **avaliação diagnóstica**.

A **avaliação sumativa**, constitui o momento final de cada ciclo do processo de ensino-aprendizagem, com a consequente classificação dos alunos. Não podendo assim ser negligenciada ou alvo de menor rigor.

Assim, os professores devem, no grupo disciplinar / departamento, definir critérios de avaliação e promover a construção de instrumentos diversificados (para além dos testes escritos) para recolha dos elementos de avaliação, não esquecendo que esta deverá contemplar o domínio dos conhecimentos e o das competências.

Recorda-se, ainda, o papel educativo da promoção de hábitos de rigorosa **auto e hetero-avaliação** dos alunos. De facto, os alunos também devem assumir um papel activo e interveniente no processo de avaliação, quer individual quer colectiva, propondo, debatendo, clarificando e criticando critérios de avaliação nos momentos para tal considerados oportunos. Também assim se educa para a cidadania, ao promover-se a reflexão e o confronto justificado de opiniões numa matéria sentida como particularmente importante pelos alunos.

Assim, devem ser considerados os seguintes **objectos de avaliação**:

- As atitudes e comportamentos na aula, nomeadamente a assiduidade, a pontualidade e a participação nos trabalhos do dia-a-dia (nível de empenhamento e qualidade dessa participação);
- Os conhecimentos e competências;
- A progressão no nível de consecução dos objectivos.

Considera-se, ainda, fundamental que a avaliação formativa promova o desenvolvimento de hábitos e de métodos de estudo, bem como o desenvolvimento de técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente no domínio da pesquisa, selecção, tratamento e apresentação da informação, procurada em fontes diversificadas, nomeadamente com recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Por outro lado, os **instrumentos de avaliação** deverão ser diversificados e adequados aos objectivos da avaliação. Entre outros, a seleccionar em função das circunstâncias concretas, sugerem-se:

- Grelhas de registo de atitudes e de comportamentos;
- Grelhas de observação do trabalho individual e em grupo dos alunos;
- Entrevistas e questionários;
- Relatórios de actividades, nomeadamente de visitas de estudo e de participação em debates;
- Apresentações escritas e orais de trabalhos (fichas de trabalho, trabalhos de investigação, trabalhos de projecto, etc.);
- Testes escritos que contemplem tipos diversificados de questões (questões objectivas de diversos tipos, questões de composição curta e questões de composição longa);
- Testes orais.

3ª PARTE

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

PROGRAMA DE ECONOMIA B – 10º ANO

O programa de Economia de 10º ano tem por objectivo principal iniciar os alunos num novo domínio científico – o da Ciência Económica.

Assim, neste primeiro ano da disciplina visa-se a aquisição de conceitos fundamentais, partindo sempre da (e em articulação com a) realidade portuguesa e europeia.

Podendo, por vezes, o processo de ensino-aprendizagem apresentar uma componente teórica que exija um certo nível de abstracção, o que pode levar à desmotivação dos alunos. Para impedir esta situação impõe-se o recurso a metodologias assentes em estratégias activas, procurando-se sempre contextualizar os conteúdos programáticos na realidade conhecida do aluno.

Além disso, tratando-se de uma disciplina integrada nos Cursos Tecnológicos de Administração e de Marketing, nas abordagens dos conteúdos programáticos devem ser propostos modelos práticos, promovendo-se a sua utilização e proporcionando condições para se reflectir sobre eles.

No início do ano, após a apresentação da disciplina, do modo como funcionarão as aulas e depois da discussão e da clarificação dos critérios de avaliação a adoptar, deverão ser reservadas as três primeiras semanas de aulas para actividades de diagnóstico e de actualização de conhecimentos e de competências adquiridos no Ensino Básico, necessários ao desenvolvimento do programa, bem como para integração activa dos alunos (**Módulo Inicial**).

Concluída este Módulo dar-se-á início ao programa que está estruturado em dois temas e seis unidades lectivas, de acordo com o esquema organizador que seguidamente se apresenta e com a especificação de conteúdos que se lhe segue.

Na **Introdução** apresenta-se a Economia como uma das Ciências Sociais que, em conjunto, se debruçam sobre as diversas dimensões da vida do homem em sociedade. Para seguidamente se clarificar a perspectiva específica da Ciência Económica na abordagem dos fenómenos sociais, bem como clarificar o seu objecto de estudo – fenómenos económicos ou, dito de outro modo, a dimensão económica dos fenómenos sociais, ou seja, a actividade económica das sociedades (**Tema I / Unidade Lectiva 1**).

O Tema II - **Aspectos fundamentais da actividade económica (Unidades Lectivas 2 a 6)** – incide sobre aspectos essenciais para a compreensão da actividade económica das sociedades, fornecendo um conjunto de instrumentos de análise económica, fundamental para entender a realidade económica.

De facto, partindo das realidades mais directamente conhecidas pelos alunos – as necessidades e o consumo –, é fácil, para estes, compreenderem a necessidade de produção de bens e de serviços, bem como do seu comércio, que implica a utilização de moeda, sem esquecer que o acto de compra exige o estabelecimento de preços.

Por outro lado, os diversos tipos de rendimentos são gerados pela actividade produtiva e repartidos pelos agentes nela intervenientes que, por sua vez, lhes dão destinos como o consumo e a poupança que, através do investimento, revitaliza a própria actividade produtiva.

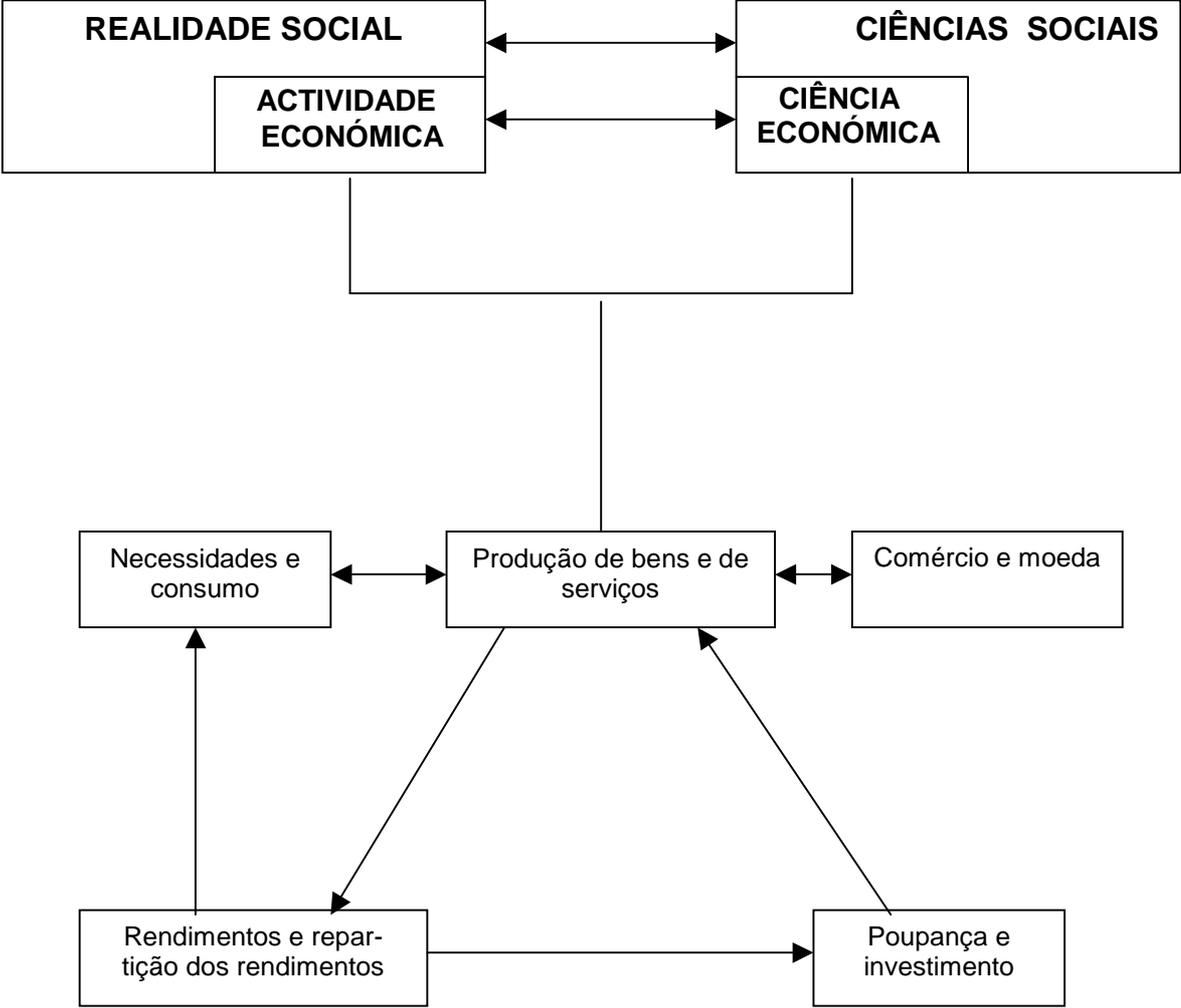
Não é demais salientar a importância:

- da permanente articulação dos conteúdos teóricos com a realidade;
- do progressivo conhecimento das economias portuguesa e da União Europeia, através da sua utilização na ilustração e na aplicação dos conteúdos das várias unidades lectivas;
- da utilização de metodologias que desenvolvam as capacidades e as atitudes referidas nos objectivos da disciplina.

Relativamente à carga horária, considerou-se um total de 66 tempos lectivos, de 90 minutos cada, correspondente a 99 horas a decorrerem em 33 semanas.

A atribuição de carga horária a cada unidade lectiva é apenas uma sugestão, que pode ser alterada em função das diversas formas de abordagem do processo de ensino-aprendizagem e das actividades desenvolvidas.

ESQUEMA CONCEPTUAL DOS CONTEÚDOS



LISTAGEM DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS

Módulo Inicial – Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos

I – INTRODUÇÃO

1. A actividade económica e a Ciência Económica

- 1.1. Realidade social e Ciências Sociais
- 1.2. Fenómenos sociais e fenómenos económicos
- 1.3. A Economia como ciência – objecto de estudo
- 1.4. A actividade económica e os agentes económicos

II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

2. Necessidades e consumo

- 2.1. Necessidades – noção e classificação
- 2.2. Consumo – noção e tipos de consumo
- 2.3. Padrões de consumo - diferenças e factores explicativos
- 2.4. A Sociedade de Consumo
- 2.5. Consumerismo e responsabilidade social dos consumidores
- 2.6. A defesa dos consumidores em Portugal e na União Europeia

3. A produção de bens e de serviços

- 3.1. Bens – noção e classificação
- 3.2. Produção e processo produtivo. Sectores de actividade económica
- 3.3. Factores de Produção – noção e classificação
 - 3.3.1. Os Recursos Naturais
 - 3.3.2. O Trabalho. A situação em Portugal e na União Europeia
 - 3.3.3. O Capital – noção e tipos de capital

4. Comércio e moeda

- 4.1. Comércio – noção e tipos
- 4.2. A evolução da moeda – formas e funções
- 4.3. O preço de um bem – noção e componentes
- 4.4. A Inflação – noção e medida
- 4.5. A inflação em Portugal e na União Europeia

5. Rendimentos e repartição dos rendimentos

- 5.1. A actividade produtiva e a formação dos rendimentos
- 5.2. A repartição funcional dos rendimentos
- 5.3. A repartição pessoal dos rendimentos
- 5.4. A redistribuição dos rendimentos
- 5.5. A repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia

6. Poupança e investimento

- 6.1. A utilização dos rendimentos – o Consumo e a Poupança
- 6.2. Os destinos da poupança. A importância do Investimento
- 6.3. O financiamento da actividade económica – autofinanciamento e financiamento externo

DESENVOLVIMENTO
DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS

MÓDULO INICIAL

Actividades de diagnóstico e de integração

Com esta unidade prévia pretende-se criar condições facilitadoras para a leccionação do programa da disciplina, permitindo que os alunos (re)iniciem um relacionamento de trabalho em conjunto e que sejam revistos e actualizados conhecimentos e competências adquiridos no ensino básico.

Assim, a partir da avaliação diagnóstica dos conhecimentos e das competências referidos, o professor poderá organizar diversos tipos de actividades que, partindo das realidades portuguesa (local / regional / nacional) e da União Europeia, permitam um primeiro contacto motivante com problemáticas sócio-económicas, revendo conceitos já adquiridos (nomeadamente nas disciplinas de História, Geografia e Matemática) e praticando competências indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho que se seguirá, como sejam as de cálculo e de análise de documentos com a subsequente síntese de conclusões e sua apresentação.

FINALIDADES

- Integrar os alunos no grupo turma
- Negociar / estabelecer regras de trabalho e de avaliação
- Motivar para o estudo de temáticas sócio-económicas
- Diagnosticar conhecimentos e competências
- Rever / actualizar conhecimentos e metodologias de trabalho individual e em grupo

Total de horas previstas: 9h (6 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<ul style="list-style-type: none">• Actividades de diagnóstico e de integração dos alunos• Apresentação mútua e da disciplina		<ul style="list-style-type: none">• Justificar a importância do estudo da Economia• Relacionar as finalidades, os objectivos gerais e os conteúdos da disciplina com as aprendizagens feitas no Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none">• A partir de notícias veiculadas nos meios de comunicação social sobre questões da actualidade, quer local quer nacional e/ou internacional, os alunos poderão ser motivados e sensibilizados para os conteúdos da disciplina de Economia, articulando-os também com as aprendizagens feitas no Ensino Básico.

<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de regras e de métodos de trabalho • Apresentação / negociação de critérios de avaliação • Avaliação diagnóstica • Actividades de motivação e de integração dos alunos, de revisão de conceitos e de prática de metodologias de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de natalidade • Taxa de mortalidade • Actividades económicas • Sectores de actividade económica • Importação • Exportação • População activa • Distribuição da população activa por sectores de actividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificar regras e métodos de trabalho • Justificar a importância do trabalho em grupo • Clarificar critérios de avaliação • Explicar conceitos • Analisar quadros e gráficos • Interpretar textos • Redigir sínteses de conclusões • Expor ideias e opiniões 	<ul style="list-style-type: none"> • É indispensável que os alunos discutam, em grupo e em colectivo, as regras de trabalho que serão adoptadas, clarifiquem as metodologias de trabalho que serão usadas ao longo do ano, bem como os critérios de avaliação que serão utilizados nas diversas situações de aprendizagem. • Os professores deverão realizar um diagnóstico inicial que incida sobre alguns conceitos referidos e sobre as competências estabelecidas. • Com base nos resultados obtidos no diagnóstico inicial, o professor poderá organizar diversos tipos de actividades com vista à superação das dificuldades detectadas e, simultaneamente, à motivação para a realidade socio-económica, nomeadamente a partir da análise de pequenos textos e/ou de notícias da imprensa e de dados estatísticos de publicações ou da <i>internet</i>, fornecidos pelo professor. • Os professores deverão sistematizar as conclusões das actividades realizadas de forma a fazer a ponte para a primeira unidade lectiva do programa, evidenciando a complexidade da realidade social . • Igualmente tendo em vista efectuar a ponte para primeira unidade lectiva do programa e como estratégia de motivação, os professores poderão solicitar aos alunos o levantamento de exemplos de fenómenos económicos conhecidos do seu quotidiano.
---	--	---	---

TEMA I – INTRODUÇÃO

UNIDADE 1 – A actividade económica e a Ciência Económica

Com esta unidade pretende-se motivar os alunos para o estudo da Ciência Económica e, em simultâneo, situá-la no âmbito das Ciências Sociais, como uma das múltiplas abordagens da realidade social, delimitando o seu objecto – como adequar recursos escassos a necessidades ilimitadas (problema económico).

Por outro lado, as escolhas, que determinam como os recursos da sociedade vão ser utilizados, são efectuadas pelos vários intervenientes na actividade económica, os quais podem ser agrupados de acordo com as funções económicas desempenhadas – agentes económicos (Famílias, Empresas, Estado e Resto do Mundo).

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender o objecto da Ciência Económica
- Conhecer o papel dos agentes económicos na actividade económica

Total de horas previstas: 7,5 h (5 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
1. A actividade económica e a Ciência Económica			
1.1. Realidade social e Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Realidade social• Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os fenómenos sociais como o objecto das Ciências Sociais• Reconhecer a Economia como Ciência Social	<ul style="list-style-type: none">• Na sequência da unidade anterior e de notícias veiculadas nos meios de comunicação social recolhidas pelos alunos, estes poderão ser motivados e sensibilizados para reconhecer os fenómenos sociais e, a partir daí, distinguirem os diferentes ângulos de visão da realidade social, em especial o da Economia.
1.2. Fenómenos sociais e fenómenos económicos	<ul style="list-style-type: none">• Fenómenos sociais• Fenómenos económicos	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer a relação entre as diferentes abordagens da realidade social e as diferentes Ciências Sociais	
1.3. A Economia como ciência – objecto de estudo	<ul style="list-style-type: none">• Ciência Económica• Objecto da Economia• Problema económico• Escolha	<ul style="list-style-type: none">• Definir o objecto da Economia• Explicar em que consiste o problema económico• Justificar a importância da escolha na actividade económica	

<p>1.4. A actividade económica e os agentes económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes económicos: <ul style="list-style-type: none"> - Famílias - Empresas - Estado - Resto do Mundo • Actividades económicas: <ul style="list-style-type: none"> - Produção - Repartição dos Rendimentos - Utilização dos Rendimentos (Consumo e Poupança) 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar os principais agentes económicos • Explicar as funções económicas desempenhadas pelos diferentes agentes económicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão identificar os principais agentes económicos recorrendo às suas próprias vivências e ao conhecimento do meio onde se inserem. • A partir da identificação dos agentes, poderão reconhecer as várias funções por eles desempenhadas, conseguindo, por esta via, indicar e explicar as principais actividades económicas.
--	---	--	--

TEMA II – ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

UNIDADE 2 – Necessidades e consumo

Pretende-se com o estudo desta unidade sensibilizar os alunos para o estudo do consumo e do comportamento do consumidor como um elemento fundamental a ter em conta nas decisões da empresa e em especial na acção do técnico de marketing. Sobre este tema, poder-se-ão levantar várias questões, nomeadamente:

- O que é o consumo?
- Quais os factores que influenciam o comportamento dos consumidores?
- Qual a influência da publicidade nas decisões dos consumidores?

Por outro lado, dada a importância de que se reveste esta unidade para a educação para a cidadania, privilegia-se ainda a perspectiva do consumidor como cidadão interveniente na sociedade, consciente das implicações que o acto de consumir pode trazer, nomeadamente ao nível económico e ambiental. Assim, este tema, pode constituir a base para o desenvolvimento de um projecto envolvendo várias disciplinas, entre elas a Economia.

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender que o consumo é um acto económico, social e psicossocial
- Conhecer os diversos tipos de consumo
- Analisar a evolução da estrutura do consumo
- Compreender a responsabilidade social do consumidor

Total de horas previstas: 19,5 h (13 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
2. Necessidades e consumo 2.1. Necessidades – noção e classificação	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade• Necessidades:<ul style="list-style-type: none">- Económicas e não económicas- Individuais e colectivas- Primárias, secundárias e terciárias	<ul style="list-style-type: none">• Explicitar o conceito de necessidade• Caracterizar as necessidades• Classificar as necessidades	<ul style="list-style-type: none">• Sugere-se que a partir de uma lista de necessidades sentidas pelos alunos no seu quotidiano se conclua sobre o conceito de necessidade, as suas características e se proceda à sua classificação.

<p>2.2. Consumo – noção e tipos de consumo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo • Consumos: <ul style="list-style-type: none"> - Final e intermédio - Público e privado - Individual e colectivo - Essencial e supérfluo 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar a noção de consumo • Distinguir os diversos tipos de consumo • Explicar que o comportamento do consumidor é um acto económico, social e psicossocial • Explicar que o comportamento do consumidor envolve um processo de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Partindo de experiências do quotidiano dos alunos, poder-se-á chegar à noção de consumo. Através da análise dos consumos efectuados pelos alunos ou pelas suas famílias ao longo de um dia ou de uma semana, os alunos poderão verificar que se efectuam vários tipos de consumo. • Poder-se-á também chamar a atenção dos alunos para a importância do conhecimento do comportamento dos consumidores na definição de políticas de Marketing.
<p>2.3. Padrões de consumo – diferenças e factores explicativos</p> <p>- factores económicos</p> <p>- factores extra-económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura do consumo • Coeficiente orçamental • Lei de Engel • Publicidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os factores económicos de que depende o consumo – rendimento, preços e inovação tecnológica • Explicitar a noção de estrutura do consumo • Calcular os coeficientes orçamentais • Justificar a evolução dos coeficientes orçamentais, relativamente à evolução dos níveis de rendimento • Enunciar a lei de Engel • Explicar de que modo os preços influenciam as escolhas dos consumidores • Explicar a influência da inovação tecnológica sobre o comportamento dos consumidores • Identificar os factores extra-económicos de que depende o consumo – estrutura etária dos agregados familiares, modos de vida, moda e publicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com vista à construção do dossier temático, poder-se-á incentivar os alunos a recolherem notícias veiculadas na imprensa, que serão posteriormente analisadas e discutidas nas aulas. • Entre as várias estratégias possíveis, sugere-se que os alunos se constituam em grupos, que corresponderão a famílias com composição e situações económicas diferentes: <ul style="list-style-type: none"> - se atribua um diferente montante de rendimento a cada “família”; - cada “família” irá decidir a forma como distribui o seu rendimento pelas diferentes rubricas de consumo; - apresentação dos resultados ao grupo turma. <p>Os alunos poderão concluir sobre a noção de estrutura do consumo, calcular os coeficientes orçamentais e verificar a sua evolução com a variação dos rendimentos, podendo concluir sobre a Lei de Engel.</p> <p>Poder-se-á, com base nestas “famílias” simularem-se outras situações para se verificar a influência de outros factores de que depende o consumo.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Marketing 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar as alterações da estrutura do consumo com a estrutura etária dos agregados familiares • Explicar de que forma os modos de vida influenciam as escolhas dos consumidores • Explicar a influência da moda no comportamento dos consumidores • Explicar de que forma o Marketing e a publicidade influenciam o comportamento dos consumidores 	<ul style="list-style-type: none"> • Dever-se-á ainda completar o estudo das diferentes questões com a análise de dados estatísticos. • Poder-se-á, em especial para os alunos do curso de Marketing, efectuar uma visita de estudo a um estabelecimento comercial, como por exemplo, uma grande superfície e observar as técnicas de <i>merchandising</i> utilizadas, bem como informarem-se junto dos reponsáveis pelo departamento de marketing, das reacções dos consumidores aos estímulos de compra. • O professor deverá fazer sempre a sistematização das questões abordadas.
2.4. A sociedade de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de consumo • Consumismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir sociedade de consumo • Caracterizar o fenómeno do consumismo • Indicar consequências do consumismo - endividamento das famílias e impactos ambientais • Apresentar diferentes impactos do consumismo sobre o ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Dada a importância de que este tema, consumismo e consumerismo, se reveste para a educação para a cidadania, sugere-se que seja trabalhado sobre a forma de projecto interdisciplinar. • Como sensibilização a esta temática, sugere-se que os alunos efectuem um levantamento fotográfico ou recolham textos, imagens e notícias de várias fontes de informação como livros, revistas, televisão ou internet e assim identifiquem algumas das consequências do consumismo e conclua sobre a responsabilidade social do consumidor.
2.5. Consumerismo e responsabilidade social dos consumidores	<ul style="list-style-type: none"> • Consumerismo • Direitos dos consumidores • Deveres dos consumidores 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar a noção de consumerismo • Justificar a importância do consumerismo • Referir direitos e deveres dos consumidores • Relacionar o consumerismo com a necessidade de preservar os recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Propõem-se ainda que, em parceria com os Centros de Informação e Atendimento ao Consumidor existentes em cada autarquia, os alunos investiguem aspectos como: <ul style="list-style-type: none"> - os direitos e os deveres dos consumidores; - a evolução do movimento consumerista, em especial em Portugal;

<p>2.6. A defesa dos consumidores em Portugal e na União Europeia</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o papel das instituições portuguesas e da UE de defesa do consumidor • Expor os direitos e os deveres do consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> - o papel das instituições de defesa dos consumidores, quer em Portugal quer na U E; - Legislação europeia sobre defesa do consumidor em diferentes áreas como o ambiente ou sobre a utilização de novas tecnologias (comércio electrónico, utilização de dados pessoais, etc.).
---	--	---	---

UNIDADE 3 – A produção de bens e de serviços

No estudo desta unidade foca-se o fenómeno fundamental da actividade económica – a produção de bens e de serviços. A realização desta actividade pressupõe a utilização dos factores produtivos – recursos naturais, trabalho e capital – e uma escolha permanente de técnicas de produção, ou seja, de uma combinação dos factores de produção.

Também é de sublinhar a importância do desenvolvimento tecnológico e das suas consequências no fenómeno da produção quer a nível do trabalho quer do capital, condicionando assim a escolha da combinação dos factores de produção.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer os factores produtivos
- Compreender o papel do desenvolvimento tecnológico no fenómeno da produção

Total de horas previstas: 15 h (10 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
<p>3. A produção de bens e de serviços</p> <p>3.1. Bens – noção e classificação</p> <p>3.2. Produção e processo produtivo. Sectores de actividade económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bens livres e bens económicos • Bens económicos: <ul style="list-style-type: none"> - Materiais e serviços - De produção e de consumo - Duradouros e não duradouros - Substituíveis e complementares • Produção • Processo produtivo • Sectores de actividade económica: <ul style="list-style-type: none"> - Primário - Secundário - Terciário 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir bens livres de bens económicos • Caracterizar os diferentes tipos de bens económicos • Definir produção • Caracterizar o processo produtivo • Caracterizar os sectores de actividade económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que a partir de uma lista de bens, utilizados diariamente pelos alunos, se proceda à sua classificação. • Propõe-se que se efectue uma visita de estudo a uma empresa instalada no meio onde os alunos se inserem, com vista à observação e levantamento dos aspectos mais importantes do fenómeno da produção.

<p>3.3. Factores de produção – noção e classificação</p> <p>3.3.1. Os recursos naturais</p> <p>3.3.2. O trabalho. A situação em Portugal e na União Europeia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Factor de produção • Recursos naturais <ul style="list-style-type: none"> - Renováveis - Não renováveis • Trabalho • População activa • População inactiva • Taxa de actividade • Desemprego • População empregada • População desempregada • Taxa de desemprego • Desenvolvimento tecnológico • Informatização • Automação • Desemprego tecnológico • Desemprego repetitivo • Desemprego de longa duração • Formação ao longo da vida • Terciarização 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir factor de produção • Classificar os factores produtivos • Classificar os recursos naturais • Reconhecer o problema da escassez de recursos face a necessidades ilimitadas • Definir trabalho • Descrever a composição da população activa e da população inactiva • Calcular as taxas de actividade e de desemprego • Interpretar valores das taxas de actividade e de desemprego • Referir os custos e os benefícios do desenvolvimento tecnológico • Identificar a automação e a informatização como consequências do desenvolvimento tecnológico • Referir as causas do desemprego • Identificar os tipos de desemprego • Explicar o papel da educação/ formação na valorização profissional dos indivíduos • Relacionar o desenvolvimento tecnológico com a terciarização da economia 	<p>Poder-se-á orientar esta visita de estudo para a recolha de elementos que constituirão uma base de trabalho para outras unidades lectivas, nomeadamente as unidades 5 e 6.</p> <p>Sugere-se também que a visita seja efectuada em conjunto com a disciplina de Organização e Gestão Empresarial, entre outras.</p> <p>Assim, será de explorar, aspectos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as matérias-primas utilizadas e a sua proveniência; - o equipamento utilizado; - o grau de automação e informatização; - o factor trabalho utilizado / o número de trabalhadores empregues; - funções desempenhadas pelos diferentes grupos de trabalhadores; - funções desempenhadas pela mão-de-obra feminina; - verificar se a empresa emprega cidadãos portadores de deficiência; - qual o destino da produção realizada; - quais as preocupações ambientais da empresa; - qual a preocupação relativa à formação dos trabalhadores. <ul style="list-style-type: none"> • Aconselha-se a consulta de dados estatísticos sobre a realidade portuguesa, quer a nível nacional quer a nível local/regional, bem como sobre a União Europeia para calcular e interpretar os valores das taxas de actividade e de desemprego e verificar a evolução das mesmas. <p>Sugere-se também a observação da evolução das taxas de actividade e de desemprego por sexos.</p>
--	--	--	---

<p>3.3.3. O capital – noção e tipos de capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza • Capital • Capital financeiro • Capital técnico: <ul style="list-style-type: none"> - Fixo - Circulante • Capital natural (recursos naturais) • Capital humano 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar a noção de capital • Definir os diversos tipos de capital <ul style="list-style-type: none"> • Justificar a importância dos novos conceitos de capital: <ul style="list-style-type: none"> - Natural - Humano 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do exemplo referido no início desta unidade, uma empresa da localidade/região, poder-se-ão exemplificar os diversos tipos de capital utilizados, distingui-los e justificar a importância do capital humano e do capital natural. <p>Mediante a verificação da escassez crescente de alguns recursos ou da poluição verificada, nomeadamente nas águas, os alunos poderão ser levados a reconhecer os diferentes graus de substituíbilidade do capital, principalmente dos designados bens livres e a sua importância para as gerações presentes e futuras.</p>
--	---	--	--

UNIDADE 4 – Comércio e moeda

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos compreendam como é que os bens produzidos são disponibilizados aos consumidores através da distribuição e do comércio. Contudo, esses bens e serviços têm um preço, o que implica que os consumidores, para os comprarem, tenham de utilizar moeda. Mas, a moeda também desempenha outras funções e tem evoluído ao longo do tempo, reflectindo a evolução tecnológica dos meios de pagamento e acentuando a sua desmaterialização.

Petende-se ainda nesta unidade, que os alunos conheçam as componentes dos preços dos bens, bem como o fenómeno da inflação, analisando a sua evolução através do cálculo do Índice de Preços no Consumidor e da taxa de inflação.

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender a importância da distribuição e do comércio
- Conhecer a evolução da moeda
- Conhecer as componentes dos preços dos bens
- Analisar a evolução da inflação em Portugal e na União Europeia

Total de horas previstas: 19,5 h (13 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
4. Comércio e moeda 4.1. Comércio – noção e tipos	<ul style="list-style-type: none">• Distribuição• Circuito de distribuição<ul style="list-style-type: none">- Ultra-curto- Curto- Longo• Comércio	<ul style="list-style-type: none">• Explicar em que consiste a actividade da distribuição• Justificar a importância da distribuição• Identificar os diferentes circuitos de distribuição• Identificar tipos de comércio: independente, associado e integrado (sucursais, <i>franchising</i>, grandes superfícies e grandes superfícies especializadas)• Indicar alguns métodos de distribuição (venda directa, venda automática, venda à distância e comércio electrónico)	<ul style="list-style-type: none">• Sugere-se que os alunos divididos em grupos:<ul style="list-style-type: none">- escolham um produto e construam o seu circuito de distribuição;- recolham informações sobre o tecido comercial local, por forma a identificar os diferentes tipos de comércio e os principais métodos de distribuição utilizados;

<p>4.2. A evolução da moeda – formas e funções</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Troca directa e troca indirecta • Moeda: <ul style="list-style-type: none"> - Moeda-mercadoria - Moeda metálica - Moeda papel - Papel moeda - Moeda escritural • Funções da moeda: <ul style="list-style-type: none"> - Meio de pagamento - Medida de valor - Reserva de valor • Desmaterialização da moeda 	<ul style="list-style-type: none"> • Justificar o aparecimento da moeda • Explicar as funções da moeda • Descrever a evolução da moeda • Caracterizar os vários tipos de moeda • Reconhecer a importância da moeda no desenvolvimento económico • Relacionar a evolução tecnológica com o processo de desmaterialização da moeda 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se a utilização de exemplos concretos e/ou de textos para justificar o aparecimento da moeda e analisar a sua evolução. • A partir de exemplos dos novos instrumentos de movimentação da moeda escritural – cartões de crédito e de débito, transferências, etc. – poder-se-á constatar a progressiva tendência para a desmaterialização da moeda.
<p>4.3. O preço de um bem – noção e componentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preço • Custo de produção • Mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir preço • Relacionar o custo de produção de um bem com o seu preço • Definir o conceito económico de mercado • Identificar o número de vendedores e número de compradores como factores que influenciam o preço de um bem 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que se utilizem exemplos de bens que estejam relacionados com o quotidiano dos alunos, para identificar os factores que influenciam o seu preço.

<p>4.4. A inflação – noção e medida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inflação • Depreciação do valor da moeda • Poder de compra • Deterioração do poder de compra • Índice de Preços no Consumidor (IPC) • Taxa de inflação 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir inflação • Relacionar a inflação com o valor da moeda • Relacionar a inflação com o poder de compra • Dar a noção de índice de preços • Interpretar o significado dos índices de preços no consumidor • Calcular a taxa de inflação a partir do IPC 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se a utilização de dados estatísticos sobre a realidade portuguesa para calcular a taxa de inflação.
<p>4.5. A inflação em Portugal e na União Europeia</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a evolução da inflação em Portugal nos últimos anos • Comparar a evolução da inflação em Portugal com a dos restantes países da União Europeia 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que se analisem dados estatísticos sobre os valores da inflação em Portugal e nos outros países da UE, durante a última década, de forma a comparar a sua evolução e a identificar/explicar as tendências encontradas.

UNIDADE 5 – Rendimentos e repartição dos rendimentos

No desenvolvimento desta unidade pretende-se analisar os mecanismos de formação e de repartição dos rendimentos, os objectivos e os meios de redistribuição desses rendimentos, assim como as causas da persistência de desigualdades na sua repartição.

O rendimento é objecto de uma primeira repartição – primária ou funcional – quando são remunerados os factores produtivos que contribuíram para a produção. Por seu lado, a repartição pessoal do rendimento permite analisar como é que os rendimentos se distribuem pelos agregados familiares de uma dada comunidade, qualquer que seja a origem desses rendimentos.

Dada a desigualdade verificada na repartição dos rendimentos, surge a redistribuição protagonizada pelo Estado (Administração Pública e Instituições de Segurança Social) que efectua a cobrança de impostos e realiza transferências sociais. Contudo, é de sublinhar que, apesar da redistribuição dos rendimentos ter por objectivo corrigir desigualdades, estas continuam a verificar-se, como comprovam os indicadores que avaliam a desigualdade de repartição dos rendimentos.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer o processo de formação dos rendimentos
- Analisar as diferentes formas de repartição dos rendimentos
- Compreender os mecanismos de redistribuição dos rendimentos
- Analisar as desigualdades na repartição dos rendimentos

Total de horas previstas : 15 h (10 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
5. Rendimentos e repartição dos rendimentos			
5.1. A actividade produtiva e a formação dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos rendimentos • Repartição dos rendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar a actividade produtiva com a formação dos rendimentos • Explicar o fenómeno da repartição dos rendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se a revisão dos conteúdos da 1ª e da 3ª unidades lectivas, para que os alunos possam compreender que: <ul style="list-style-type: none"> - a produção gera rendimentos que são distribuídos pelos agentes económicos que contribuíram para a sua obtenção;
5.2. A repartição funcional dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Repartição funcional dos rendimentos • Rendimentos primários <ul style="list-style-type: none"> - Salário - Juro - Renda - Lucro 	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever o processo de repartição funcional dos rendimentos • Definir salário • Caracterizar as formas de remuneração do capital 	<ul style="list-style-type: none"> - a repartição funcional dos rendimentos está relacionada com os factores intervenientes na produção (trabalho e capital).

5.3. A repartição pessoal dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Repartição pessoal dos rendimentos • Salário: <ul style="list-style-type: none"> - Nominal - Real • Leque salarial • Rendimento <i>per capita</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar a noção de repartição pessoal dos rendimentos • Verificar as desigualdades da repartição pessoal dos rendimentos • Indicar factores explicativos das desigualdades salariais • Distinguir salário nominal de salário real • Explicar o significado do leque salarial, como indicador da desigualdade de salários • Explicar as limitações do rendimento <i>per capita</i> como indicador da repartição pessoal dos rendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Para o estudo da repartição pessoal e da redistribuição dos rendimentos os alunos, individualmente ou em grupo, poderão analisar dados fornecidos pelo professor ou, eventualmente, realizar inquéritos a famílias, para determinar as proveniências e os tipos de rendimento que recebem, podendo assim estabelecer a diferença entre repartição e redistribuição dos rendimentos, bem como identificar os objectivos da redistribuição. Poderão também constatar as desigualdades salariais em função do sexo. • Ainda com base nos dados fornecidos pelo inquérito, poderão calcular o leque salarial referente aos salários das famílias inquiridas.
5.4. A redistribuição dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição dos rendimentos • Transferências sociais • Quotizações sociais • Impostos directos • Transferências internas • Transferências externas • Rendimento pessoal disponível 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste a redistribuição dos rendimentos • Dar exemplos de impostos directos • Explicar o papel do Estado na redistribuição dos rendimentos • Referir as componentes do rendimento pessoal disponível 	<ul style="list-style-type: none"> • Ilustrando com exemplos fornecidos pelo professor, os alunos poderão identificar as componentes do rendimento pessoal disponível.
5.5. A repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia		<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a evolução da repartição dos rendimentos em Portugal • Comparar a evolução da repartição dos rendimentos em Portugal com a dos restantes países da União Europeia (global e por sexos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Será aconselhável a consulta de artigos de imprensa e/ou de dados estatísticos disponíveis na <i>internet</i> sobre a repartição dos rendimentos referentes à realidade portuguesa e da União Europeia.

UNIDADE 6 – Poupança e investimento

Com esta unidade pretende-se que os alunos compreendam a forma como os agentes económicos utilizam os rendimentos que recebem – consumo e poupança. Dado que o consumo já foi estudado anteriormente, nesta unidade será privilegiado o estudo da poupança, dos seus destinos e da sua importância para a actividade económica quando é aplicada em investimento.

Pretende-se também que os alunos compreendam as formas de financiamento a que os agentes económicos podem recorrer, pois, apesar de muitos deles terem capacidade de financiamento – financiamento interno (autofinanciamento) – outros têm de recorrer ao financiamento externo. Relativamente ao financiamento externo, que implica o recurso à poupança na posse de outros agentes económicos, será necessário distinguir o financiamento indirecto do financiamento directo. Assim, relativamente ao financiamento indirecto dever-se-á referir o papel do crédito concedido pelas instituições financeiras. Quanto ao financiamento directo apenas será de fazer uma breve referência ao mercado de títulos.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer os destinos da poupança
- Compreender a importância da formação de capital na economia
- Conhecer as formas de financiamento da actividade económica

Total de horas previstas: 13,5 h (9 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade lectiva	Conceitos		
6. Poupança e investimento			
6.1. A utilização dos rendimentos – o consumo e a poupança	<ul style="list-style-type: none">• Poupança	<ul style="list-style-type: none">• Referir a utilização dos rendimentos – o consumo e a poupança• Definir poupança• Integrar a variável tempo nas decisões sobre a utilização dos rendimentos	<ul style="list-style-type: none">• Os alunos poderão identificar as formas de utilização dos rendimentos recorrendo às suas próprias vivências, constatando as consequências da introdução da variável tempo nas suas decisões – poupar é decidir não consumir neste período, deixando para o futuro.
6.2. Os destinos da poupança. A importância do investimento	<ul style="list-style-type: none">• Entesouramento• Depósitos• Investimento	<ul style="list-style-type: none">• Referir os destinos da poupança – entesouramento, depósitos e investimento	

<p>6.3. O financiamento da actividade económica – autofinanciamento e financiamento externo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de capital: <ul style="list-style-type: none"> - Formação bruta de capital fixo (FBCF) - Variação de existências - • Tipos de investimento: <ul style="list-style-type: none"> - Material - Imaterial - Financeiro • Capacidade de financiamento • Necessidade de financiamento • Financiamento: <ul style="list-style-type: none"> - Interno (auto-financiamento) - Externo • Crédito • Taxa de juro • Operações activas e operações passivas • Instituição financeira • Mercado de títulos 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar a necessidade da formação de capital numa economia • Definir investimento • Distinguir formação bruta de capital fixo de variação de existências • Distinguir os diversos tipos de investimento • Explicar as funções do investimento na actividade económica – substituição, inovação e aumento da capacidade produtiva • Distinguir financiamento interno de financiamento externo • Indicar as diferentes formas de financiamento externo – indirecto e directo • Reconhecer o crédito bancário como uma forma de financiamento externo indirecto • Definir crédito • Definir taxa de juro • Identificar as diferentes formas de crédito • Indicar as funções do crédito • Definir instituição financeira • Dar exemplos de instituições financeiras que concedem crédito: sociedades de locação financeira (<i>leasing</i>), sociedades <i>factoring</i> e sociedades de capital de risco • Reconhecer o mercado de títulos como uma fonte de financiamento externo directo 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de exemplos de empresas instaladas no meio local onde os alunos estão inseridos, poder-se-á fazer o levantamento dos diversos tipos de investimento e constatar as suas funções (substituição, inovação e aumento da capacidade produtiva), bem como a interligação destas funções. Também, sendo possível, seria de verificar as razões que levaram as empresas a tomar as decisões de investimento e os factores que as condicionaram. • Igualmente, a partir do exemplo concreto, atrás referido, poder-se-á distinguir o financiamento interno do financiamento externo, bem como as diferentes formas que este último pode assumir, caso existam. • Através de informações recolhidas nos meios de comunicação social, na <i>internet</i> e/ou em folhetos publicados pelas instituições bancárias poderão ser identificados diferentes tipos de instituições financeiras. • Dado que se pretende apenas que os alunos tenham conhecimento da existência do mercado de títulos, sugere-se a consulta do <i>site da internet</i> da Bolsa de Valores de Lisboa para conhecer os seus objectivos.
---	---	--	--

PROGRAMA DE ECONOMIA B – 11º ANO

O Programa de Economia de 11º ano pretende dar continuidade ao Programa do ano anterior, mantendo a opção de orientar o ensino da Economia no Ensino Secundário no sentido de levar os alunos a desenvolverem capacidades de entendimento da realidade económica que lhes possibilitem o desenvolvimento das competências-base associadas ao respectivo curso, facilitadoras da inserção na vida activa.

Mantêm-se também os objectivos de levar os alunos à aquisição básica de um adequado aparelho conceptual, e de os levar a interessarem-se pelo estudo da realidade social, *neste caso*, da sua dimensão económica.

Assim, enquanto no Programa de 10º ano os conteúdos se centraram nos fundamentos da actividade económica, o Programa de 11º ano situa-se a um nível mais agregado de conceptualização e de análise. De facto, este Programa centra a sua atenção no circuito económico e nos agregados das contas nacionais (**Tema III – A Contabilização da Actividade Económica**) e na **Organização Económica das Sociedades (Tema IV)**, com destaque para a “abertura” ao resto do mundo e para o papel do Estado em termos de políticas económicas e sociais.

A finalizar o Programa de 11º ano, pretende-se que sejam mobilizados os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos dois anos de estudo desta disciplina, bem como os resultantes da sua aplicação às realidades portuguesa e europeia que foi sendo feita em cada unidade lectiva, para, num esforço de síntese, de relação e de globalização de conhecimentos, os alunos reflectirem criticamente sobre a realidade portuguesa actual no contexto da União Europeia. É esse o objectivo didáctico fundamental do ponto 11.5. da última unidade lectiva do programa deste ano.

Para tal, os alunos deverão ser orientados, desde o início do ano lectivo, tendo em vista a realização de um trabalho, conforme o especificado no supracitado ponto da referida unidade lectiva. Refira-se ainda que, entre outros recursos, os alunos deverão recorrer ao dossier temático sobre as realidades portuguesa e europeia que vem sendo organizado desde o 10º ano de escolaridade.

Mantém-se, ainda, o objectivo do ano anterior de leccionar o Programa partindo sempre das (e em articulação com as) realidades portuguesa e europeia, impondo-se igualmente o recurso privilegiado a metodologias assentes em estratégias activas, bem como a contextualização sistemática dos conteúdos programáticos na realidade conhecida do aluno.

De facto, não é demais salientar a importância da permanente articulação dos conteúdos teóricos com a realidade, em particular das economias portuguesa e da União Europeia, nomeadamente, através do recurso a exemplos concretos, eventualmente retirados da imprensa especializada na área da economia, dos negócios e do marketing.

Refere-se igualmente a importância da utilização de metodologias que desenvolvam as capacidades e as atitudes referidas nos objectivos da disciplina, nomeadamente a capacidade de pesquisa, selecção e tratamento de informação oportuna e relevante, bem como da sua comunicação / apresentação a outros, quer de forma oral quer escrita.

Relativamente à carga horária, considerou-se um total de 66 tempos lectivos, de 90 minutos cada, correspondente a 99 horas a decorrerem em 33 semanas.

A atribuição de carga horária a cada unidade lectiva é apenas uma sugestão, que pode ser alterada em função das diversas formas de abordagem do processo de ensino-aprendizagem e das actividades desenvolvidas.

ESQUEMA CONCEPTUAL DOS CONTEÚDOS

A
S
P
E
C
T
O
S

F
U
N
D
A
M
E
N
T
A
I
S

D
A

A
C
T
I
V
I
D
A
D
E

E
C
O
N
Ó
M
I
C
A

(10º ANO)

A
C
O
N
T
A
B
I
L
I
Z
A
Ç
Ã
O
D
A
A
C
T
I
V
I
D
A
D
E
E
C
O
N
Ó
M
I
C
A
(11º ANO)

Os Agentes Económicos
e o
Circuito Económico

A
C
o
n
t
a
b
i
l
i
z
a
ç
ã
o
N
a
c
i
o
n
a
l

A
O
R
G
A
N
I
Z
A
Ç
Ã
O
E
C
O
N
Ó
M
I
C
A
D
A
S
S
O
C
I
E
D
A
D
E
S
(11º ANO)

Relações Económicas
com o Resto do Mundo

A intervenção do Estado na
economia

A economia portuguesa
no contexto da União Europeia

LISTAGEM DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS

11º ANO

III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

7. Os agentes económicos e o circuito económico

- 7.1. O circuito económico
- 7.2. O equilíbrio entre Recursos e Empregos

8. A Contabilidade Nacional

- 8.1. Noção de Contabilidade Nacional
- 8.2. A quantificação da actividade económica – ópticas de cálculo do valor da Produção
- 8.3. Limitações da Contabilidade Nacional

IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

9. As relações económicas com o Resto do Mundo

- 9.1. A necessidade e a diversidade de relações internacionais
- 9.2. O registo das relações com o Resto do Mundo – a Balança de Pagamentos
 - 9.2.1. A Balança Corrente
 - 9.2.2. A Balança de Capital
 - 9.2.3. A Balança Financeira
- 9.3. As políticas comerciais e a organização do comércio mundial

10. A intervenção do Estado na economia

- 10.1. A intervenção do Estado na actividade económica
 - 10.1.1. Funções económicas e sociais do Estado
 - 10.1.2. Instrumentos de intervenção económica e social do Estado
- 10.2. As políticas económicas e sociais do Estado português

11. A economia portuguesa no contexto da União Europeia

- 11.1. Noção e formas de integração económica
- 11.2. O processo de integração na Europa
- 11.3. Estrutura e funcionamento da UE
- 11.4. Desafios da UE na actualidade
- 11.5. Portugal no contexto da UE

DESENVOLVIMENTO
DOS TEMAS / UNIDADES LECTIVAS

TEMA III – A CONTABILIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

UNIDADE 7 – Os agentes económicos e o circuito económico

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos conheçam o funcionamento da actividade económica através das relações que se estabelecem entre os agentes económicos. Assim, a partir do que se estudou na Unidade 1 do 10º Ano, poder-se-á rever o conceito de agente económico, bem como as funções e os comportamentos que estão associados a cada um dos diferentes agentes – Famílias, Empresas, Instituições Financeiras, Estado e Resto do Mundo.

Por outro lado, os agentes económicos estabelecem relações entre si que podem ser registadas sob a forma de fluxos – reais e monetários. Deste modo, pretende-se também que os alunos sejam capazes de construir o circuito económico e de compreender que este constitui uma forma simplificada de representar a actividade económica, reconhecendo, em simultâneo, a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa dada economia.

Assim, nesta unidade lectiva pretende-se lançar os fundamentos para a compreensão de alguns conceitos específicos da Contabilidade Nacional, abordados na unidade lectiva seguinte.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer os diferentes fluxos que se estabelecem entre os agentes económicos
- Compreender a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos numa economia

TOTAL DE HORAS PREVISTAS: 6h (4 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade Lectiva	Conceitos		
7. Os agentes económicos e o circuito económico 7.1. O circuito económico		<ul style="list-style-type: none">• Indicar as funções desempenhadas pelos agentes económicos - Famílias, Empresas, Instituições Financeiras, Estado e Resto do Mundo• Relacionar as funções exercidas pelos agentes económicos com as actividades económicas por eles desempenhadas• Relacionar entre si as diferentes actividades económicas	<ul style="list-style-type: none">• Sugere-se a revisão da unidade 1 do 10º Ano, por forma a permitir que os alunos identifiquem os principais agentes económicos, bem como as actividades económicas que desempenham (produção, repartição dos rendimentos e utilização dos rendimentos – consumo e poupança).• Poder-se-á dividir a turma em grupos, correspondendo cada um dos grupos a um agente económico - Famílias, Empresas, Instituições Financeiras, Estado e Resto do Mundo. Cada grupo estabelecerá um conjunto de interacções com os outros grupos, reconstruindo assim esquematicamente o funcionamento da actividade económica e, desta forma, identificarão:<ul style="list-style-type: none">- os fluxos reais e os fluxos financeiros que se estabelecem entre os agentes económicos;

<p>7.2. O equilíbrio entre Recursos e Empregos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fluxos: <ul style="list-style-type: none"> - Reais - Monetários • Circuito económico <ul style="list-style-type: none"> • Recursos • Empregos 	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir fluxo real de fluxo monetário • Construir um circuito económico <ul style="list-style-type: none"> • Explicar a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos 	<ul style="list-style-type: none"> - as diferentes actividades económicas desempenhadas pelos agentes económicos; - a relação que se estabelece entre as funções desempenhadas pelos agentes económicas e as suas actividades económicas; - a necessidade de equilíbrio entre recursos e empregos. <p>Desta forma poder-se-á construir o circuito económico e concluir-se que este constitui uma forma simplificada de representar a actividade económica e da necessidade de contabilizar todos estes fluxos, estabelecendo-se assim a ponte para a unidade seguinte.</p>
--	--	---	---

UNIDADE 8 – A Contabilidade Nacional

Com esta unidade pretende-se que os alunos compreendam o grande objectivo da Contabilidade Nacional – quantificar as relações entre os agentes económicos.

Por outro lado, a Contabilidade Nacional, como técnica de cálculo que é, regista apenas os valores agregados de operações idênticas ocorridas durante um certo período de tempo; daí que se pretenda também evidenciar as relações entre as três variáveis macroeconómicas básicas: Produto, Rendimento e Despesa. Essas relações deverão ser ilustradas, sempre que possível, a partir das Contas Nacionais portuguesas.

Finalmente, os alunos deverão também compreender que a Contabilidade Nacional apresenta falhas e insuficiências.

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender as diferentes perspectivas de cálculo do valor da produção
- Conhecer as limitações e insuficiências da Contabilidade Nacional

TOTAL DE HORAS PREVISTAS: 16,5h (11 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade Lectiva	Conceitos		
8. A Contabilidade Nacional			
8.1. Noção de Contabilidade Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a noção de Contabilidade Nacional • Explicitar os objectivos da Contabilidade Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de exemplos retirados da unidade Lectiva anterior, poder-se-á levar os alunos a compreender a noção, a importância e os objectivos da Contabilidade Nacional.
8.2. A quantificação da actividade económica – ópticas de cálculo do valor da Produção:	<ul style="list-style-type: none"> • Ópticas de cálculo do valor da Produção: <ul style="list-style-type: none"> - do Produto - do Rendimento - da Despesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar as diferentes perspectivas de cálculo do valor da Produção • Justificar as diferentes ópticas de cálculo do valor da Produção no contexto do equilíbrio entre Empregos e Recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • No início deste ponto, pretende-se apenas dar conhecimento aos alunos de que podem ser seguidos três caminhos diferentes para o cálculo do valor do Produto, permitindo-lhes verificar a igualdade entre recursos e empregos. No entanto, deverá chamar-se a atenção para o facto do INE privilegiar o cálculo do valor do Produto pela óptica da Despesa.
- do Produto	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos de cálculo do valor do Produto: <ul style="list-style-type: none"> - dos produtos finais - dos valores acrescentados • Consumo intermédio • Valor Acrescentado Bruto (VAB) 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar em que consiste o problema da múltipla contagem no cálculo do Produto • Distinguir os dois métodos de cálculo do valor do Produto • Explicitar o conceito de VAB • Deduzir o valor do Produto a partir do VAB 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de exemplos simples, fornecidos pelos professor, os alunos podem verificar como se calcula o valor do Produto utilizando os dois métodos de cálculo.

<p>- do Rendimento</p> <p>- da Despesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Impostos indirectos • Impostos alfandegários* • Subsídios à produção • Amortização / Consumo de Capital Fixo (CCF)* • Produto: <ul style="list-style-type: none"> - Líquido - Bruto • Saldo dos rendimentos do trabalho, da propriedade e da empresa com o Resto do Mundo* • Produto: <ul style="list-style-type: none"> - Interno - Nacional • Produto: <ul style="list-style-type: none"> - A preços correntes - A preços constantes <ul style="list-style-type: none"> • Remunerações do trabalho • Rendimentos de empresas e propriedades <ul style="list-style-type: none"> • Consumo: <ul style="list-style-type: none"> - Privado - Público • Investimento Bruto / Formação Bruta de Capital: <ul style="list-style-type: none"> - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - Variação de Existências • Exportações • Importações • Despesa: <ul style="list-style-type: none"> - Interna - Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir as componentes do Produto a preços de mercado • Diferenciar Produto Líquido de Produto Bruto • Distinguir Produto Interno de Produto Nacional • Distinguir Produto a preços correntes de Produto a preços constantes • Justificar a importância do cálculo do Produto a preços constantes • Identificar as várias componentes do Rendimento • Referir as várias componentes da Despesa • Distinguir a Despesa Interna da Despesa Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Com esta unidade não se pretende que os alunos aprendam a calcular os valores dos grandes agregados. Assim, sugere-se que, recorrendo aos valores das Contas Nacionais portuguesas, os alunos identifiquem: <ul style="list-style-type: none"> - os vários tipos de produto e a importância do cálculo do Produto a preços constantes; - as componentes do Rendimento; - as componentes e os tipos de Despesa.
--	--	--	--

<p>8.3. Limitações da Contabilidade Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Auto-consumo • Sector informal • Economia subterrânea • Externalidades: <ul style="list-style-type: none"> - Positivas - Negativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar limitações da Contabilidade Nacional, nomeadamente, as dificuldades de quantificação de algumas actividades económicas e a indiferença perante a utilização dos recursos e o tipo de produção obtida 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de exemplos retirados do meio em que os alunos se inserem e/ou de documentos recolhidos nos meios de comunicação social, os alunos poderão identificar falhas e limitações da Contabilidade Nacional. • Os professores deverão ainda chamar a atenção dos alunos para o facto de as informações fornecidas pela Contabilidade Nacional deverem ser complementadas com as de outros indicadores, tendo em vista uma melhor avaliação do desempenho das economias (ver unidade lectiva 11).
--	--	---	---

* Conteúdos de Sensibilização

TEMA IV – A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DAS SOCIEDADES

UNIDADE 9 – As relações económicas com o Resto do Mundo

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que os alunos compreendam que, no mundo actual, as relações económicas que se estabelecem entre países são intensas e diversificadas dado que, cada vez mais, circulam bens, serviços, pessoas, capitais, informação, tecnologia, etc..

Algumas dessas relações económicas podem ser quantificadas e registadas: trocas de bens, de serviços e de capitais. Assim, pretende-se que os alunos compreendam a importância desse registo – Balanças – enquanto instrumento que permite avaliar a situação económica de um dado país. Essa avaliação pode ser feita para qualquer país através da análise da estrutura das suas importações e das suas exportações, da sua taxa de cobertura, etc..

Finalmente, pretende-se também que os alunos conheçam algumas políticas comerciais e instrumentos que lhes estão associados, bem como organizações que a nível mundial (Organização Mundial do Comércio – OMC) e regional (UE) têm por objectivo regular as trocas.

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender a importância das relações económicas internacionais
- Justificar a necessidade de contabilizar as relações económicas de um país com o Resto do Mundo
- Analisar as relações económicas de Portugal com o Resto do Mundo, em especial, com os outros países da UE

TOTAL DE HORAS PREVISTAS: 24h (16 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade Lectiva	Conceitos		
9. As relações económicas com o Resto do Mundo			
9.1. A necessidade e a diversidade de relações internacionais	<ul style="list-style-type: none">• Comércio:<ul style="list-style-type: none">- Interno- Externo• Migrações*	<ul style="list-style-type: none">• Indicar os diversos tipos de relações internacionais• Justificar a necessidade das relações internacionais	<ul style="list-style-type: none">• Através de exemplos concretos do quotidiano dos alunos ou recolhidos na comunicação social (sobre migrações, compra e venda de bens ao exterior, deslocalização de empresas, empréstimos, etc.) os alunos poderão compreender a diversidade e a necessidade de relações internacionais e, em simultâneo, identificar esse tipo de relações.
9.2. O registo das relações com o Resto do Mundo – a Balança de Pagamentos	<ul style="list-style-type: none">• Componentes da Balança de Pagamentos:<ul style="list-style-type: none">- Balança Corrente- Balança de Capital- Balança Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Identificar as componentes da Balança de Pagamentos	<ul style="list-style-type: none">• Chama-se a atenção para o facto da estrutura da Balança de Pagamentos seguir a nova apresentação divulgada pelo Banco de Portugal a partir de Janeiro de 1999, a qual resulta do processo de harmonização estatística exigido pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

<p>9.2.1. A Balança Corrente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Componentes da Balança Corrente: <ul style="list-style-type: none"> - Mercadorias - Serviços - Rendimentos - Transferências correntes • Importação • Exportação • Divisas • Operações de câmbio* • Taxa de câmbio* • Balança de Mercadorias • Estrutura das importações • Estrutura das exportações • Taxa de cobertura • Balança de Serviços • Balança de Rendimentos • Balança Corrente 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as componentes da Balança Corrente • Distinguir importações de exportações • Referir a necessidade de realizar operações de câmbio • Interpretar o saldo do comércio internacional de mercadorias • Interpretar o significado de alguns indicadores do comércio externo (estrutura das importações e das exportações e taxa de cobertura) • Identificar as componentes da balança de serviços, de rendimentos e de transferências correntes (nomeadamente, as remessas dos emigrantes) • Interpretar o saldo da Balança Corrente 	<ul style="list-style-type: none"> • Neste ponto, pretende-se apenas que os alunos distingam as três componentes da Balança de Pagamentos e compreendam, em termos gerais, o seu conteúdo. Somente a Balança Corrente deverá merecer maior aprofundamento, de acordo com os objectivos definidos. • Sugere-se que na introdução do conceito de taxa de câmbio, se recorra a informações veiculadas nos meios de comunicação social e que se chame a atenção para o facto de o Governo português não ter autonomia na fixação da taxa de câmbio, pois a moeda portuguesa é a mesma da de outros países europeus (EURO) . Assim, as operações de câmbio só se realizam com países que não pertencem à zona Euro. • Sugere-se ainda que se recorra a informações sobre a realidade económica portuguesa – Relatórios do Banco de Portugal, <i>Eurostat</i>, INE, <i>sites</i> disponíveis na <i>internet</i>, etc. – para identificar as diferentes balanças, as suas componentes e os respectivos saldos. • Também a partir desses dados se poderá avaliar a situação económica portuguesa, utilizando os indicadores estudados – taxa de cobertura e estrutura das importações e das exportações.
<p>9.2.2. A Balança de Capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balança de Capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar as componentes da Balança de Capital 	
<p>9.2.3. A Balança Financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Balança Financeira • Investimento Directo Estrangeiro (IDE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as componentes da Balança Financeira (nomeadamente o IDE) 	

<p>9.3. As políticas comerciais e a organização do comércio mundial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protecționismo • Barreiras alfandegárias: <ul style="list-style-type: none"> - Tarifárias - Não tarifárias • <i>Dumping</i> • Livre-cambismo / Comércio livre 	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o protecționismo • Reconhecer alguns instrumentos utilizados para impedir o comércio livre (barreiras alfandegárias, contingentaçāo, subsídios à exportaçāo e <i>dumping</i>) • Caracterizar o livre-cambismo • Enquadrar a Organizaçāo Mundial do Comércio (OMC) no projecto de liberalizaçāo do comércio mundial • Indicar os principais objectivos da OMC 	<ul style="list-style-type: none"> • A partir de informaçōes recolhidas na <i>internet</i> (por exemplo, no <i>site</i> da OMC) poder-se-āo constatar as tendēncias do comércio mundial e o papel das orga-nizaçōes internacionais neste domínio.
---	---	---	--

* Conteúdos de Sensibilizaçāo

Unidade 10 – A intervenção do Estado na economia

Com o desenvolvimento desta unidade pretende-se que o alunos compreendam a importância do Estado nas sociedades actuais. Com efeito, o Estado para além de garantir a ordem, a justiça e a defesa dos cidadãos, desempenha outros papéis a nível económico e social, nomeadamente, produzindo bens e serviços essenciais, participando na distribuição dos rendimentos ou agindo, graças à sua política económica, sobre a inflação, o desemprego, o investimento, as taxas de câmbio, etc. Para intervir na sociedade, o Estado dispõe, para além do poder legislativo e regulamentar, de um instrumento privilegiado – o Orçamento do Estado.

Pretende-se também que os alunos analisem a evolução das políticas económicas e sociais do Estado português, bem como os constrangimentos que lhes poderão ser impostos pelo facto de Portugal ser membro da União Europeia (UE).

OBJECTIVOS GERAIS

- Compreender o papel do Estado nas sociedades actuais
- Conhecer as principais políticas económicas e sociais do Estado português

TOTAL DE HORAS PREVISTAS: 16,5h (11 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade Lectiva	Conceitos		
<p>10. A intervenção do Estado na economia</p> <p>10.1. A intervenção do Estado na actividade económica</p> <p>10.1.1. Funções económicas e sociais do Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência • Falhas de mercado: <ul style="list-style-type: none"> - Concorrência imperfeita - Externalidades negativas • Bem público • Equidade • Estabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar as funções económicas e sociais do Estado – garantir a eficiência, a equidade e a estabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Para leccionar esta unidade sugere-se que se parta de exemplos conhecidos do quotidiano dos alunos e se recorra a notícias recolhidas dos órgãos de comunicação, de forma a ilustrar as funções do Estado na esferas económica e social.

<p>10.2. As políticas económicas e sociais do Estado português</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas económicas e sociais: - Fiscal - Orçamental - De combate ao desemprego - De redistribuição dos rendimentos - Do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar objectivos de políticas económicas e sociais do Estado português, nomeadamente, as de combate ao desemprego, de redistribuição dos rendimentos, orçamental, fiscal e do ambiente • Referir como medidas das políticas sociais, nomeadamente, as despesas com a educação, com a saúde e com a Segurança Social (por exemplo, o subsídio de desemprego e o Rendimento Mínimo de Inserção) • Indicar constrangimentos às políticas económicas e sociais do Estado pelo facto de Portugal ser membro da UE 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se ainda que se recorra a informações sobre a realidade portuguesa nos meios de comunicação social, Relatórios do Banco de Portugal, Eurostat, INE, etc., para identificar os objectivos das diferentes políticas económicas e sociais levadas a cabo pelo Estado português. • No caso das políticas de redistribuição dos rendimentos, poderão ser revistos os conteúdos da Unidade 5 do 10º ano desta disciplina, onde se estudou este tema, complementando-se essa revisão com a consulta de dados estatísticos sobre o Orçamento da Segurança Social em Portugal e/ou com artigos dos meios de comunicação social (sobre o Rendimento Mínimo Garantido, por exemplo). • Poder-se-á, recorrendo a um jogo de papéis, simular a discussão e a aprovação de um Orçamento de Estado, num país suposto, em que os diferentes grupos de alunos poderão representar os papéis de: <ul style="list-style-type: none"> - membros do Governo; - membros dos <i>diferentes partidos</i>; - presidente e vice-presidentes da Assembleia da República (moderadores). <p>Desta forma, através da discussão, os alunos, mobilizando os conhecimentos adquiridos nesta unidade, poderão identificar os diferentes objectivos das políticas adoptadas pelo referido Governo e ponderar as opções tomadas, tendo como referência as despesas e as receitas orçamentais.</p>
--	---	--	--

UNIDADE 11 – A economia portuguesa no contexto da União Europeia

No mundo actual, as relações económicas internacionais constituem um dos principais suportes da economia de qualquer país, o que tem dado origem ao aparecimento de espaços económicos mais ou menos integrados, entre os quais se destaca o da União Europeia (UE). Assim, com o desenvolvimento desta unidade pretende-se estudar o processo de integração económica ao nível das suas formas e das suas consequências.

O facto de Portugal estar inserido na União Europeia, o bloco que apresenta a forma mais evoluída de integração económica, justifica que se privilegie o seu estudo, bem como se reflecta sobre os problemas e os desafios que se colocam a Portugal em consequência da integração.

Finalmente, pretende-se nesta unidade que os alunos elaborem um trabalho, sobre a economia portuguesa, que constituirá simultaneamente uma síntese e uma aplicação e um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo dos 10º e 11º anos.

OBJECTIVOS GERAIS

- Conhecer as diferentes formas de integração económica
- Conhecer os principais objectivos da UE
- Caracterizar a actual situação da economia portuguesa no contexto europeu

TOTAL DE HORAS PREVISTAS: 36h (24 tempos lectivos)

CONTEÚDOS		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Unidade Lectiva	Conceitos		
11. A economia portuguesa no contexto da União Europeia 11.1. Noção e formas de integração económica	<ul style="list-style-type: none"> • Integração económica • Sistema de preferências aduaneiras • Zona de comércio livre • União aduaneira • Mercado comum • União Económica • União Monetária • União Económica e Monetária 	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar o conceito de integração económica • Distinguir as diferentes formas de integração económica • Apresentar vantagens decorrentes da integração económica • Dar exemplos de formas de integração económica em diferentes áreas geográficas 	<ul style="list-style-type: none"> • Sugere-se que os alunos, individualmente ou em grupo, recolham informações sobre as diversas formas de integração económica, por forma a: <ul style="list-style-type: none"> - caracterizar cada uma delas e criar uma ordenação entre os diversos graus de integração; - exemplificar cada uma dessas formas de integração localizando-as no espaço geográfico (UE – Europa, NAFTA – América do Norte, MERCOSUL – América do Sul, ASEAN / AFTA – Ásia e PTA – África, e outras que, eventualmente, se venham a justificar).
11.2. O processo de integração na Europa	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) • Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM) • Comunidade Económica Europeia (CEE) • Mercado Único Europeu • União Europeia (UE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar historicamente o surgimento das comunidades europeias • Apresentar as principais etapas do processo de construção da UE • Caracterizar o Mercado Único 	<ul style="list-style-type: none"> • Neste ponto <i>não se pretende</i> uma análise exaustiva das etapas de evolução da UE, apenas interessando fazer uma breve referência às suas fases; a ênfase deverá ser colocada nos seus objectivos após a criação da UEM. Assim, sugere-se que se recorra aos conhecimentos leccionados noutras disciplinas e nas unidades anteriores desta disciplina para enquadrar o tema.

<p>11.3. Estrutura e funcionamento da UE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • União Económica e Monetária (UEM) • Euro • Zona Euro • Convergência nominal <ul style="list-style-type: none"> • Instituições comunitárias: <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Europeu - Conselho de Ministros - Parlamento Europeu - Comissão Europeia - Tribunal de Justiça - Tribunal de Contas - Comité das Regiões * - Comité Económico e Social* - Banco Europeu de Investimentos* - Banco Central Europeu* <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Comunitárias: <ul style="list-style-type: none"> - Agrícola - Da Pesca - Ambiente - Transportes - Energia - Investigação e Desenvolvimento <p>Fundos Estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FEDER - FEOGA - FSE - IFOP <ul style="list-style-type: none"> • Coesão económica e social 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir os objectivos da UEM <ul style="list-style-type: none"> • Justificar a necessidade dos critérios de convergência nominal exigidos pela criação da UEM <ul style="list-style-type: none"> • Enumerar as diferentes instituições comunitárias • Referir as principais funções das instituições comunitárias <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar os principais objectivos de cada uma das políticas comunitárias <ul style="list-style-type: none"> • Referir os principais objectivos dos fundos estruturais <ul style="list-style-type: none"> • Relacionar os fundos estruturais com a coesão económica e social 	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos poderão recolher informações, por exemplo, no <i>site da internet</i> do Centro Jacques Delors, sobre as características da UEM, organizando um dossier temático e sintetizando as conclusões. <ul style="list-style-type: none"> • Tendo em vista completar o dossier temático sobre a UE, sugere-se que os alunos, individualmente ou em grupo, recolham informações sobre: <ul style="list-style-type: none"> - As instituições comunitárias e as suas principais funções; - As Políticas comunitárias e os seus principais objectivos; - Os fundos estruturais e os seus principais objectivos
--	--	--	---

<p>11.4. Desafios da UE na actualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alargamento da U E • Aprofundamento da U E • Reforma das instituições: <ul style="list-style-type: none"> - Democraticidade - Operacionalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir desafios da U E resultantes do aprofundamento e do alargamento • Explicar os desafios decorrentes do alargamento, a reforma das instituições e a reorientação dos fundos estruturais • Relacionar a necessidade de reformulação das políticas comunitárias com o processo de aprofundamento da U E • Aplicar conhecimentos, anteriormente adquiridos, às realidades portuguesa e europeia • Caracterizar a economia portuguesa na actualidade • Comparar os indicadores da economia portuguesa com os indicadores da economia europeia 	<ul style="list-style-type: none"> • Com base na recolha de informação em livros e na recolha de notícias veiculadas na comunicação social, os alunos farão o levantamento dos principais desafios que se colocam à U E na actualidade. <p>A informação recolhida deverá ser tratada e sistematizada, para ser apresentada ao grupo turma, constituindo assim o ponto de partida para a organização de um debate sobre o tema.</p>
<p>11.5. Portugal no contexto da UE</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura da população: estrutura etária da população, movimentos migratórios e população activa (distribuição por sectores de actividade económica, emprego e desemprego) - Estrutura da produção: evolução do PIB e da sua composição por sectores de actividade económica - Estrutura da Despesa Nacional: Consumo e Investimento - Relações económicas com o exterior - Recursos humanos: educação e formação profissional - Nível de vida: repartição dos rendimentos, estrutura do consumo, poder de compra e inflação 	<ul style="list-style-type: none"> • Referir os principais desafios que se levantam à economia portuguesa no futuro próximo (nomeadamente, o ritmo de convergência real e as consequências de novos alargamentos) 	<ul style="list-style-type: none"> • O professor deverá orientar os alunos num trabalho, que poderá ser realizado desde o início do ano lectivo, tendo por finalidade aplicar, aprofundar e relacionar os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo dos 10º e 11º anos. <p>Assim, este trabalho terá como objectivo analisar a economia portuguesa na actualidade e enquadrá-la, comparativamente no contexto europeu.</p> <p>Dever-se-á utilizar como recurso, entre outros, o dossier temático sobre o assunto que vem sendo organizado desde o 10º ano.</p> <p>Assim, a partir da organização da turma em grupos, os alunos, orientados pelo professor, deverão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - recolher informações sobre os diferentes domínios indicados na coluna dos conceitos, por forma a caracterizar a situação das economias portuguesa e da União Europeia; - comparar as informações recolhidas; - debater as conclusões. <ul style="list-style-type: none"> • Aos alunos deverá ser fornecido um guião do trabalho a realizar, bem como serem especificados os critérios de avaliação que serão utilizados (auto e hetero -avaliação). • Estando o mundo em constante mudança, sugere-se que os professores refiram, com carácter meramente informativo, os problemas e desafios que, na actualidade, se colocam à economia portuguesa.

4ª PARTE
BIBLIOGRAFIA

A) LIVROS

- Barreto, A. (1996). *Tempo de Mudança*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
Tem particular interesse o capítulo que analisa a mudança social em Portugal, dos anos 60 aos anos 90. Para professores.
- Barreto, A. (org.) (1996 e 2000). *A Situação Social em Portugal, 1960 – 1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
Analisa a evolução da sociedade portuguesa, revestindo-se de maior interesse os indicadores da evolução social, o panorama da economia portuguesa e as políticas sociais entre os anos 60 e 95. Para professores.
- Bélanger, M. (1999). *Instituições Económicas Internacionais*. Lisboa: Instituto Piaget.
Analisa as principais instituições económicas internacionais, bem como a mundialização económica actual e os seus limites. Para professores.
- Belletante, B. (1997). *Dicionário da Bolsa e dos Mercados*. Lisboa: Plátano Editora.
Facilita a aprendizagem que exige o domínio de vocabulário específico sobre a Bolsa e os Mercados. Livro útil para os alunos.
- Capul, J. e Garnier, O. (1998). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*. Lisboa: Plátano Editora.
Facilita a aprendizagem que exige o domínio de vocabulário específico no domínio da Economia e das Ciências Sociais . Livro útil para os alunos.
- Covas, A. (1997). *A União Europeia*. Oeiras: Celta Editora.
Analisa alguns problemas de ordem económica, social e política que se colocam à União Europeia no início do século XXI. Para professores.
- Dunnett, A. (1990). *Para Compreender a Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
Livro que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de questões económicas importantes. Útil para consulta de professores.
- Fonseca, F. (1990). *Sistema Financeiro Português*. Lisboa: Instituto de Formação Bancária.
Livro de iniciação que aborda, de forma acessível, os mecanismos que constituem o sistema financeiro português. Útil para consulta de professores.
- Fontaine, P. (1998). *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
Livro introdutório, muito acessível aos alunos, que lhes permite compreender as sucessivas etapas de construção da União Europeia.

- Francisco, I. G. (1990). *Compreender a Contabilidade Nacional*. Lisboa: Banco de Fomento e Exterior.
Livro muito completo sobre o tema que permite a compreensão da terminologia específica da Contabilidade Nacional. Útil para professores.
- Henriques, M. *et al.* (1999). *Educação para a Cidadania*. Lisboa: Plátano Editora.
Muito útil para estudantes. Contém actividades que podem ser desenvolvidas na sala de aula.
- Lopes, J. (1996). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva.
Livro que analisa a evolução da economia portuguesa desde os anos 60 aos anos 90. Para professores.
- Loureiro, J. (1999). *EURO - Análise Macroeconómica*. Lisboa: Vida Económica.
Livro que apresenta a evolução da integração europeia, o surgimento do SME e a construção da UEM. Recomendado a professores.
- Mankiw, N. G. (1998). *Principles of Macroeconomics*. Harvard: Harvard University -The Dryden Press.
Livro que aborda vários temas de Economia, contendo diversos estudos de caso. Útil para professores.
- Marques, W. (1998). *Moeda e Instituições Financeiras*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
Livro que apresenta a evolução e as funções da moeda e a organização do Sistema Financeiro português. Útil para professores.
- Mata, E. e Valério, N. (1993). *História Económica de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
Perspectiva global da história económica portuguesa. Útil para consulta de professores.
- Mateus, A. (1999). *Economia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.
Analisa o crescimento da economia portuguesa no contexto internacional, entre 1910 e 1998. Para professores.
- Mateus, A. *et al.* (1995). *Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*. Venda Nova: Bertrand Editora.
Estudo prospectivo sobre Portugal, a Europa e o Mundo. Para professores.
- Medeiros, E. R. (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
Manual universitário que aborda a constituição de alguns blocos regionais de integração. Útil para professores.
- Moura, F. P. (1978). *Lições de Economia*. Coimbra: Livraria Almedina.
Manual universitário de introdução à Economia que aborda vários temas de modo a facilitar a compreensão e análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.

- Murteira, M. (1993). *A Economia em Vinte e Quatro Lições*. Lisboa: Editorial Presença.
Livro de iniciação a temas económicos que procura traduzir de forma bastante acessível conceitos e problemas económicos. Alguns capítulos podem ser consultados pelos alunos, sob orientação do professor.
- Neves, J. C. (1998). *Introdução à Economia*. Lisboa: Editorial Verbo.
Manual universitário que aborda vários temas de Economia facilitando a compreensão e a análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.
- Nunes, M. J. (1993). *De Roma a Maastricht*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Apresentação sumária da evolução do ideal europeu e dos principais passos na construção da União Europeia. Acessível a alunos.
- Pinto, A. M. (1999). *Política Económica*. Cascais: Instituto de Gestão Bancária e Príncipia.
Livro que aborda o tema da Política Económica e as alterações nela provocadas pela participação de Portugal na 3ª fase da UEM. Muito útil a professores.
- Rainelli, M. (1998). *A Organização Mundial do Comércio*. Lisboa: Terramar.
Faz um balanço dos trabalhos realizados pelo GATT, desde a sua origem e uma avaliação da OMC, organização que sucedeu em 1995. Para professores.
- Rebordão, M. (1994). *A Construção Europeia*. Porto: Areal Editores.
Livro introdutório, muito acessível aos alunos, que lhes permite compreender as sucessivas etapas de construção da União Europeia.
- Reizinho, E. J. C. (s/d). *Introdução à Economia*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
Livro de iniciação à Ciência Económica que permite compreender de forma simples os conceitos e problemas económicos. Útil aos alunos.
- Rossetti, J. P. (2000). *Introdução à Economia*. S. Paulo: Editora Atlas SA.
Manual universitário que aborda vários temas de Economia facilitando a compreensão e a análise de conceitos e questões económicas importantes. Livro de consulta para professores.
- Rousseau, J. A. (1997). *Manual de Distribuição*. Lisboa: Exame / Abril - Controljornal.
Livro que aborda o conceito de distribuição e a sua evolução nos últimos anos, apresentando vários casos práticos. Interessante para alunos e professores.
- Rousseau, J. A. (2002). *O que é a Distribuição*. Cascais: Príncipia
Livro que aborda de forma acessível aos alunos as principais questões relacionadas com a actividade da distribuição e os desafios que se colocam no futuro. Para alunos e professores.
- Samuelson e Nordhaus (1998). *Economia*. Lisboa: McGraw-Hill.
Manual universitário de introdução à Economia que aborda vários temas de Economia. Livro de consulta para professores.

- Sousa, A. (1990). *Análise Económica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia.
Manual universitário de introdução à Economia que procura mostrar de forma simples, mas com o necessário rigor científico, conceitos e mecanismos económicos. Livro de consulta para professores.
- Wemans, L. (coord.) (1999). *Aprendizagem Activa: Jogar Economia*. In Franco, A. J. (org.). *Experiências Inovadoras no Ensino: Inovação Pedagógica*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
Muito útil para utilização de professores, contendo sugestões de estratégias de sala de aula.
- Williams, A. M. (1991). *A Comunidade Europeia*. Oeiras: Celta Editora.
Analisa as etapas da construção europeia, muito útil para os professores.

B) PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- Banco de Portugal (anual). *Relatório do Conselho de Administração*. Lisboa: Banco de Portugal.
Relatório anual. Contém uma análise da situação económica mundial, europeia e portuguesa. Para professores e eventualmente para consulta dos alunos.
- Brown, L. R. *et al.* (anual). *State of the World*. New York: W. W. Norton & Company.
Relatório anual do Worldwatch Institute sobre a situação mundial, tendo em vista um futuro sustentável. Para professores.
- Cordellier, S. e Didiot, B. (dir.) (anual). *L'État du Monde*. Paris: Éditions La Découverte & Syros.
Anuário económico e geopolítico mundial. Para professores e alunos que dominem a língua francesa.
- UAL / Público. *Janus – Anuário de Relações Exteriores* (anual). Lisboa: UAL / Público.
- Ordem dos Economistas Portugueses (anual). *O Economista*. Lisboa: Polimeios / Ordem dos Economistas Portugueses.
Anuário da economia portuguesa que apresenta e analisa os principais problemas da actualidade económica e social, tratados por autoridades nacionais nas diferentes matérias abordadas. Para professores.
- Montbrial, J. (dir.) (anual). *Rapport Annuel Mondial sur le Système Économique et les Stratégies*. Paris: Dunot.
Relatório que aborda vários problemas económico-sociais que se colocam na entrada do século XXI.

C) SITES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – www.unchr.ch
- AMI – Fundação de Assistência Médica Internacional – www.portugalnet.pt/ami
- Amnistia Internacional – www.amnesty.org
- Amnistia Internacional (Secção Portuguesa) – www.amnistia-internacional.pt
- APEC – www.apecsec.org.sg
- ASEAN – www.aseansec.org
- Banco Mundial – www.worldbank.org
- Banco de Portugal – www.bportugal.pt
- Bolsa de Valores de Lisboa – www.bvl.pt
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors – www.cijdelors.pt
- Centro Norte-Sul do Conselho da Europa – www.nscentre.org
- Comissão Europeia (Representação em Portugal) – www.euoinfo.ce.pt
- Conselho da Europa – www.coe.int
- CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – www.cidm.pt
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – www.deco.proteste.pt
- Direcção Geral do Ambiente – www.dga.min-amb.pt
- Europa (Servidor da União Europeia) – www.europa.eu.int
- Eurostat – www.europa.eu.int/comm/eurostat/index.html
- FMI – www.imf.org
- Greenpeace International – www.greenpeace.org
- Informação ao Cidadão Português (Infocid) – www.infocid.pt
- Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt
- MERCOSUL – www.rav.eu.uw/mercosur
- Ministério da Educação – www.min-edu.pt
- Ministério da Economia – www.min-economia.pt
- Ministério das Finanças – www.min-finanças.pt
- NAFTA – www.nafta.net
- OCDE – www.oecd.org
- OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento – www.oikos.pt
- OMC – www.wto.org
- ONU – www.un.org e www.unsyst.org
- ONU (Gabinete em Portugal) – www.onuportugal.pt
- OPEP – www.opec.org
- Ordem dos Economistas – www.ordemeconomistas.pt
- Parlamento Europeu (Gabinete em Portugal) – www.parleurop.pt
- PNUD (Desenvolvimento) – www.undp.org
- Presidência do Conselho de Ministros – www.pcm.gov.pt
- Provedoria de Justiça – www.provedor-jus.pt
- UNCTAD (Comércio e Desenvolvimento) – www.unicc.org/unctad
- UNEP (Ambiente) – www.unep.org
- UNFPA (População) – www.unfpa.org